

2

As situações de contato no trabalho de campo: perfil sociológico das crianças e seus responsáveis

2.1

Caminhos Metodológicos

O material empírico desta pesquisa tem origem em três espaços e situações sociais distintos: o HECC (Hospital Estadual Carlos Chagas), o Projeto Cidadania e o acompanhamento do processo de registro tardio de Andréia⁹, uma adulta sem certidão de nascimento.

O campo central da pesquisa foi o HECC. Neste contexto, descobri a existência de crianças sem certidão de nascimento. Trabalho com essa temática desde o ano de 1999 no referido hospital, enquanto assistente social. A partir da constatação da internação recorrente de crianças sem certidão de nascimento, o Serviço Social do HECC criou em 2001 o Projeto Registre Sua Criança, que busca viabilizar a certidão da criança que não é registrada durante seu período de internação. Essa experiência foi importante na construção do Projeto de Doutorado.

Incorporei à pesquisa (que ocorria no HECC) a observação de um dia do Projeto Cidadania e, conseqüentemente, incluí na investigação os sujeitos que conheci nessa oportunidade e não possuíam certidão de nascimento. O Projeto Cidadania é um evento itinerante que a Defensoria Pública do Estado do RJ¹⁰ desenvolve em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Objetiva facilitar os moradores a “tirarem” os documentos, através da concessão de gratuidade. Estive nesse evento através de um convite da coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDEDICA, da Defensoria, que conheci em um Seminário na PUC-Rio. Ela informou que a

⁹ Todos os nomes dos adultos que aparecem nesta tese são fictícios para resguardar a identidade dos mesmos. Entretanto, os nomes das crianças foram mantidos sem alterações por terem sido foco de análises que dizem respeito à sua grafia, americanização, influências da mídia e celebridades, modismos entre outros aspectos. A mudança destes nomes impediria tal estudo que apresenta questões interessantes no que diz respeito à nomeação dos indivíduos.

¹⁰ A Defensoria Pública do Estado do RJ é um órgão estatal que cumpre o Dever Constitucional do Estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas desses serviços. (Informações obtidas no site www.dpge.rj.gov.br).

primeira certidão não era oferecida nesse evento, mas era comum aparecerem pessoas que nunca tinham sido registradas.

Na tese, discuto também a história de luta de uma mulher sem certidão de nascimento, Andréia, para conseguir seu registro civil. Eu a conheci no meu trabalho como assistente social na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2007.

A seguir, faço um mapeamento do material empírico que será discutido nos Capítulos I, II e III da tese:

HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS - HECC

- registros pessoais referentes a 41 crianças internadas no ano de 2000 e que não possuíam certidão de nascimento. Tais registros não seguem nenhum modelo definido;

- 19 fichas¹¹ do Projeto “Registre Sua Criança” do ano de 2002, aplicadas a responsáveis com dados sobre motivos de não registro das crianças;

- 145 fichas com perguntas referentes ao processo de nomeação, aplicadas a responsáveis de crianças que tinham certidão de nascimento no ano de 2004;

- conversas e entrevistas não gravadas registradas em um diário de campo, com responsáveis de seis crianças internadas sem certidão de nascimento no período de junho a outubro de 2006;

- conversas em três manhãs com diferentes mães que aguardavam atendimento para o filho no Serviço de Pronto Atendimento - SPA do HECC – em Julho de 2006;

- buscas por alguma criança sem certidão de nascimento na Emergência Pediátrica durante três manhãs – em julho de 2006. Nesta situação, localizei uma criança - Andrei;

- entrevista não gravada com funcionária do Serviço de Internação e Alta – SIA do HECC, em julho de 2006;

- levantamento nos livros de atendimento do Serviço Social do HECC das crianças atendidas pelo setor nos anos de 1999 a 2007 que não possuíam certidão de nascimento. Este levantamento tinha como objetivo mapear o universo de crianças e famílias para a aplicação de um questionário. O resultado foi de 171

¹¹ No Anexo IV modelo da ficha do Projeto Registre Sua Criança do HECC.

crianças. Efetivamente, o questionário foi aplicado nos anos de 2007 e 2008 aos responsáveis por 29 crianças internadas;

- sete entrevistas gravadas com responsáveis por crianças sem certidão em suas residências no ano de 2007. As entrevistadas foram: Sheyla, Priscilla, Maria da Consolação, Laurelina, Sueli, Monique e Rute, estas duas últimas também não tinham certidão;

- conversas com o funcionário do posto do cartório da Maternidade Alexander Fleming, unidade do município do Rio de Janeiro, localizada em Marechal Hermes, mesmo bairro do HECC, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Travei este contato durante três manhãs, em 2006, porque a maior parte das crianças sem certidão de nascimento atendidas no HECC nasceu nesta maternidade. Além disso, há em seu interior um posto de cartório de registro de nascimento, fruto do Programa Carioquinha Cidadão da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro em parceria com a Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é registrar as crianças nascidas na Maternidade, evitando o sub-registro.¹²

PROJETO CIDADANIA

- observação do dia de realização do Projeto Cidadania em um CIEP no bairro de Costa Barros, área de abrangência do HECC, zona norte da cidade do Rio de Janeiro em abril de 2006;

- contatos e conversas com 05 pessoas que conheci no Projeto Cidadania em suas casas, no próprio CIEP em que foi realizado ou no Shopping Guadalupe, localizado nas imediações das residências das pessoas – 2006 e 2007;

- duas entrevistas gravadas com duas adultas sem certidão de nascimento – 2006 e 2007- Eliana e Sandra;

- conversa com a mãe de um adulto sem certidão de nascimento – 2006 – Mara, mãe da Eliana;

- conversas com a avó de uma adulta sem certidão de nascimento - avó de Sandra;

¹² Considerando a Lei 9534 de 1997 que garante a gratuidade do registro civil, o Ministério da Saúde criou em 2002 um incentivo ao Registro Civil de Nascimento nas unidades de saúde, através da Portaria 938/GM de 20 de maio de 2002. O Ministério da Saúde paga por cada criança registrada.

- entrevista não gravada com a mãe de uma criança sem certidão de nascimento - Liana;

- entrevista não gravada com os pais de duas crianças sem certidão de nascimento: pais de Luana de 10 anos e de um bebê recém-nascido;

- conversas com um adulto sem certidão de nascimento, Rodrigo; aplicação do questionário a sua mãe biológica e conversas com uma amiga de Rodrigo;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- acompanhamento da trajetória de Andréia, uma adulta sem certidão de nascimento para obter seu registro civil;

- entrevista gravada com Andréia;

- entrevista gravada com o Defensor Félix Dutra, coordenador da Defensoria de Anchieta sobre processo de registro tardio, onde está o processo de Andréia;

- entrevista gravada com o Desembargador Siro Darlan do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que coordena o Projeto “Quem sou Eu?”. Este projeto objetiva contribuir para regularização da identificação civil dos cidadãos do Estado do Rio de Janeiro e reduzir o sub-registro de nascimento;

- idas aos cartórios, Defensoria Pública de Anchieta, Detran¹³ e gabinete do Desembargador Siro Darlan com Andréia para observação de seu processo de busca pela obtenção do registro civil.

Em termos da caracterização do campo, o HECC é um hospital de emergência fundado em 1937, com capacidade instalada de 198 leitos. É o hospital geral de referência da Área Programática 3.3¹⁴ que engloba uma população de 1.200.000 habitantes distribuída em 17 bairros, Acari, Costa Barros, Barros Filho, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Honório Gurgel, Irajá, Vicente de Carvalho, Coelho Neto, Marechal Hermes, Deodoro, Bento Ribeiro, Rocha

¹³ Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro. Um dos órgãos responsáveis pela identificação civil (Informações obtidas no site www.detran.rj.gov.br).

¹⁴ A cidade do Rio de Janeiro na área da saúde é dividida em Áreas Programáticas que englobam um conjunto de bairros.

Miranda, Oswaldo Cruz, Madureira, Cascadura e Turiaçu.

Atende as especialidades de Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Trauma-Ortopedia, Ginecologia, Buco-Maxilo, CTI, SPA (Serviço de Pronto Atendimento) e Ambulatório. Possui ainda os serviços de Consulta de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social (Ferrarez, 2005).

A entrada no HECC acontece pela Emergência e para as crianças pela Emergência Pediátrica (para os casos de emergência) ou pelo SPA – Serviço de Pronto Atendimento (para os casos de urgência). As crianças internadas ficam na Emergência Pediátrica ou vão para a Enfermaria de Pediatria situada no segundo andar do HECC. A maior parte dos casos de crianças sem certidão de nascimento, acompanhada no trabalho de campo, esteve na Enfermaria.

A Enfermaria de Pediatria que fica no segundo andar do HECC, possui 17 leitos divididos em 04 enfermarias. Ao entramos, já é possível encontrar alguma criança pelo corredor brincando, correndo ou no colo de sua mãe. Também encontramos acompanhantes (na maior parte das vezes a mãe, mas também há a presença de pais, avós, irmãos, tios, vizinhos e amigos) dormindo, conversando, cuidando de suas crianças, estressados com o processo de internação, ansiosos a espera de uma visita ou telefonema ou para terem alta junto com as crianças.

Em linhas gerais, a rotina da enfermaria consiste na “visita”¹⁵ do médico ao leito pela manhã, prescrevendo medicamentos em prontuário, a serem administrados pela enfermagem. Ao longo do dia, diferentes profissionais circulam pela enfermaria, dependendo da necessidade. À tarde há a visita, quando o mundo da rua ganha a cena. Mas, várias crianças não recebem visita.

Dentre os vários profissionais que “passam “visita” pela enfermaria, está o assistente social. No momento do seu contato com os pacientes, a certidão de nascimento da criança é solicitada, junto com o cartão de vacina e um documento com foto de um dos responsáveis. O objetivo é verificar se a criança é registrada ou não, identificar seu responsável, confeccionar a autorização de acompanhante, caso ainda não tenha sido feita e perceber se há mais alguma demanda para atuação do assistente social. As crianças que não são registradas, geralmente

¹⁵ Termo utilizado pelos profissionais de saúde que designa a prática cotidiana de ir até ao leito de cada paciente internado e atendê-lo.

carregam em seu prontuário no lugar do seu nome, a expressão “Filho de” acrescido do nome da mãe. Esta forma de nomeação será analisada no Capítulo II.

Desde que iniciei o Doutorado, em 2004, continuei trabalhando no HECC. Nesse percurso, estive na condição de assistente social, com famílias que tiveram crianças internadas sem registro, o que me propiciou um contato permanente com a temática.

Assim sendo, em 2004, aproveitei para introduzir em algumas fichas do Projeto Registre Sua Criança do HECC, que se destinavam a organizar o trabalho do Serviço Social junto aos responsáveis, perguntas geradoras de dados que pudessem contribuir na compreensão dos motivos do não registro e também sobre o processo de escolha dos nomes das crianças. Tais fichas eram aplicadas pelas assistentes sociais a cada vez que encontravam uma criança sem certidão.

Tanto o HECC, quanto a Maternidade Alexander Fleming são unidades públicas de referência na área, atendendo usuários dos bairros de Acari, Costa Barros e Barros Filho, dentre outros. Tais bairros se encontram nos últimos lugares da Cidade do Rio de Janeiro, em termos de qualidade de vida com base no IDS – Índice de Desenvolvimento Social criado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com base no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. Como será visto, a situação de sub-registro de nascimento guarda uma relação com o nível de acesso aos bens econômicos e sociais.

Em março de 2006, dei entrada junto à Secretaria Estadual de Saúde - SES/RJ, a qual o HECC é subordinado, no pedido de autorização para o desenvolvimento do trabalho de campo da pesquisa. Como a resposta da SES/RJ demorou muito a sair, dei início ao trabalho de campo com o aval do Centro de Estudos do HECC, ainda em Junho. Estive uma manhã por semana, durante 05 meses (Junho a Outubro), enquanto estudante de Doutorado da PUC/RJ no HECC, desenvolvendo parte do que veio a ser o trabalho de campo da tese, ou seja, o contato com crianças sem certidão de nascimento e seus responsáveis que lá estavam internadas durante esse período.

No trabalho de campo valia-me de diferentes estratégias e instrumentos, em função das características do objeto de estudo e do HECC. Ao longo do processo, elaborei e utilizei três instrumentos básicos, a saber: um questionário, aplicado ao responsável pela criança internada, que continha quatro partes - uma com dados da criança, outra com dados do pai e da mãe, uma terceira com dados sociais da

família e uma última problematizando algumas questões como os sentidos da certidão, os motivos do não registro e questões referentes ao processo de nomeação das crianças; um roteiro para entrevista com os pais de crianças sem certidão e, por fim, um roteiro para entrevista dos adultos sem certidão de nascimento.

O projeto de produzir e aplicar o questionário nasceu da intenção de construir um panorama sociológico do grupo pesquisado, tanto das crianças quanto de seus pais. Também porque desejava refletir sobre algumas questões mais subjetivas com um número maior de pessoas.

No período da investigação, de Junho a Outubro de 2006, foram internadas 06 crianças sem certidão no HECC. Meu contato com uma delas foi na Enfermaria de Pediatria (Gláucio); conheci duas na Emergência Pediátrica e, depois, na Enfermaria (Jair e Natália); outras duas, na Emergência Pediátrica (Luiz Felipe e Andrei); com outra criança, Milena, não tive contato no HECC; no ano de 2007, fui até sua residência no bairro de Bento Ribeiro, zona norte da cidade, duas vezes, conheci-a, entrevistei a mãe e preenchi o questionário. Uma outra criança (Jair) e sua mãe Monique vieram até a mim em função do telegrama que enviei. O filho já havia sido internado no HECC e não possuía certidão, porque a mãe também não havia sido registrada. Jair ficou novamente internado. Conversei com Monique, preenchi o questionário e em outubro de 2006 fui à sua casa em Anchieta, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, para uma entrevista gravada.

Inicialmente, apliquei o questionário aos adultos responsáveis por essas 06 crianças internadas no período de Junho a Outubro de 2006.

Naquele momento, optei por não realizar as entrevistas com os pais dessas crianças sem certidão de nascimento, pois ainda não tinha a autorização formal da SES/RJ.

Nos seis casos, a interlocutora foi a mãe. Em três casos consegui, além da mãe, conversar com o pai da criança (Natália, Gláucio e Luiz Felipe). Isto aconteceu por conta do direcionamento que tentei imprimir no trabalho de campo. De uma maneira geral, a pessoa mais presente no HECC junto à criança é a mãe. Na maior parte das vezes, o pai aparece através da fala das mães. Assim, busquei as seguintes estratégias: pedir à mãe que falasse com o pai para vir conversar comigo, telefonar para o pai, preencher o questionário quando possível também

com o pai, conversa com os pais no HECC, fazendo combinados com eles e marcando retorno. Um fato que facilitou o contato com esses 03 pais é que dois deles possuíam outros filhos sem certidão, o que tornava a questão mais urgente.

No contato com essas famílias, eu me apresentava como estudante da PUC fazendo uma pesquisa sobre crianças sem certidão de nascimento e, ao mesmo tempo, assistente social do HECC, trabalhando na Enfermaria de Pediatria. Explicava que precisaria conversar com eles, preencher um questionário e perguntava se estavam dispostos a prestar informações e a colaborar com a pesquisa. Eles sempre se dispunham a ajudar e a falar, com exceção de Roberta, mãe de Andrei, que se mostrou mais resistente e reservada, parecendo incomodada com as perguntas.

Às vezes alguma mãe aproveitava para criticar o pai de seus filhos. Outras citavam algum caso de criança sem certidão que conheciam, umas se mostravam falantes e contando intimidades. Outros se apresentavam mais reticentes, como o pai de Gláucio, que estava envergonhado e ressabiado. Afirmou que era ex-presidiário, perdeu os seus documentos na prisão e ainda não os tinha tirado novamente.

Depois das primeiras conversas, eu começava a preencher alguns campos do questionário como uma espécie de rascunho ou a travar um diálogo mais dirigido. Em todos os casos, estive com os responsáveis em mais de um contato, seja porque busquei acessar o pai da criança, ou porque algumas questões do questionário estavam incompletas, ou ainda, em função dos desdobramentos dos casos que tentei acompanhar para a pesquisa.

As conversas se davam na Enfermaria, onde geralmente eu me sentava num banquinho que fica ao lado do leito e da cadeira de acompanhante (quase sempre a mãe); no espaço de recreação das crianças; ou ainda, na sala do Serviço Social, no local destinado ao atendimento do setor. Recorri também a uma área aberta no térreo do HECC que antes fora usada como espaço de recreação e estava sem utilização no momento, o que possibilitava maior privacidade.

Ao longo do trabalho de campo no HECC, realizei outras ações, tais como: uma entrevista sem gravar com uma funcionária administrativa do setor responsável pela internação e alta dos pacientes – SIA, no sentido de saber como se dava o processo de abertura de prontuário da criança sem certidão de nascimento; conversas com as recepcionistas do Serviço de Pronto Atendimento -

SPA, pedindo que encaminhassem alguma criança que não fosse registrada ao Serviço Social; conversas informais (em três manhãs) com mães que aguardavam atendimento no SPA para saber se traziam a certidão de nascimento quando vinham para o HECC. Somavam-se a isso os registros pessoais que já tinha como assistente social do HECC. Mantive ainda uma interlocução informal com colegas da equipe do Serviço Social para repartir o que estava a observar.

Estive na Maternidade Alexander Fleming, onde dialoguei com um funcionário do cartório que fica lotado nesse posto e responsável por realizar o registro da criança.

O registro da criança ainda na Maternidade não é compulsório. Só é possível registrar crianças que tenham nascido lá, até 15 dias de vida. Naquele momento, na Maternidade Alexander Fleming, a DN¹⁶ só estava sendo entregue à mãe que tivesse documentos.

No ano de 2006 até a primeira quinzena de abril, não havia sido internada nenhuma criança sem certidão de nascimento no HECC, o que diferia da estatística de anos anteriores. Naquele momento, deparei-me com a possibilidade do objeto de estudo estar “diminuindo”, “desaparecendo” ou “assumindo outras formas”. Vivi o contraditório sentimento de querer que ele diminua e desapareça, ainda que quisesse realizar minha pesquisa. Aventurei então, algumas possibilidades para essa diminuição do número de crianças sem certidão de nascimento internadas no HECC. Poderia ser reflexo da expansão do Programa Bolsa Família-PBF na região que exige documentos de toda a família, ou fruto da criação de postos de cartório nas maternidades que facilitam o registro, ou ainda resultado da divulgação da questão do sub-registro na mídia.

Por essa razão, resolvi ampliar o meu campo empírico, compreendendo que esse movimento é parte do ato de pesquisar, onde não há certezas absolutas e a realidade está em constante modificação.

Dessa forma foi que participei como observadora de um dia do Projeto Cidadania, em abril de 2006, como já citado anteriormente.

¹⁶ A DN é o instrumento de coleta de dados sobre os nascidos vivos que estrutura o SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos. Instrumento padronizado e impresso pelo Ministério da Saúde pré-numerado e distribuído aos estados que, por sua vez, distribuem aos municípios. Contêm dados sobre a mãe e bebê. Feita em três vias de cores diferentes, a amarela é entregue à família para que possa providenciar o registro.

O Projeto Cidadania ocorreu em um CIEP no bairro de Costa Barros, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Fui com a equipe de advogados da área da Infância da Defensoria, na condição de estudante de Doutorado da PUC. Quando chegamos ao CIEP, já havia uma enorme fila de pessoas aguardando. Apesar de estarem sendo oferecidos vários serviços, como corte de cabelo, palestra sobre planejamento familiar, a grande procura era pelo trabalho dos defensores que, numa grande sala, davam encaminhamentos por escrito para serem levados aos cartórios. O foco era “tirar” a segunda via da certidão de nascimento ou da identidade gratuitamente, retrato 3x4, assim como, a papelada para viabilizar o casamento civil. Sentados em cadeiras com uma pequena mesa à frente, formando um grande U, 15 defensores atenderam a população durante a manhã e o início da tarde, quase que ininterruptamente.

Nessa ocasião, conheci 03 crianças e 04 adultos sem certidão de nascimento, todos moradores do bairro de Costa Barros que me foram encaminhados pelos defensores, com exceção de uma moça. Posteriormente, entrei em contato com ela.

Nesse momento, incorporei-os também ao universo empírico da tese. Desses sete, seis residem na mesma rua, em um local chamado pelos moradores de “casinhas”, pois foram casas construídas todas iguais e que não foram ocupadas, sendo depois invadidas. Hoje já não possuem muitos traços em comum. É um lugar feio e comandado pelo tráfico de drogas.

Vejamos as notas do diário de campo:

“Cheguei ao CIEP Rubens Gomes por volta das 10h30min. Estacionei o carro dentro do CIEP e subi para falar com a diretora. Desço e me dirijo para as tais casinhas, onde tentaria localizar o Cláudio, cuja filha Luana de 10 anos não é registrada e tem um irmão que estuda no CIEP. Conheci Luana através de uma professora do CIEP que a levou até a mim no dia do Projeto Cidadania porque estava inconformada pelo fato dela não estudar por não ter certidão. Deixo minhas coisas dentro do carro, por sugestão da diretora, e vou somente com os óculos, celular e chave do carro. Vou andando e no meio do caminho peço informação para três pessoas. Até que um rapaz diz: “Eu sei quem é. É aquele que tem um monte de criancinhas”. E começa a me indicar como chegar lá. Uma menina que está ao seu lado fala: “Leva a moça lá”. O rapaz se levanta e sai andando na minha frente. Agradeço à menina e me apresso para poder acompanhá-lo. Ele vai sempre a frente mantendo uma distância e de quando em quando, olha para trás para me ver. Penso que podia estar de carro e que não tenho mais fôlego para essas aventuras.

O caminho é muito feio. Ruas esburacadas, casas pobres. Passamos por uma pracinha no extremo do abandono: brinquedos quebrados, mato alto e muito,

muito lixo. Apenas a quadra parece se salvar um pouco e há nela alguns rapazes jogando futebol. Tento puxar algum assunto e pergunto: “Porque aqui é chamado de casinhas”? Ele diz: “Porque antes era tudo casinhas, eram todas iguais”. Subimos uma ladeira e mais uma, até que o rapaz aponta para uma casa e diz: “É ali”. E vai se retirando. Fico sem entender, até compreender que chegamos e que o moço no alto, a minha frente, era o Cláudio que eu procurava” (Diário de Campo – 09/06/2006).

Desde esse evento mantive contato com a direção do referido CIEP para ter uma base de apoio. Busquei o mesmo com as pessoas que conheci, seja por telefone, nas suas casas ou em locais próximos à sua moradia (CIEP, Shopping Guadalupe), objetivando conversar, aplicar o questionário da pesquisa e fazer entrevistas. Uma delas, Eliana, mudou-se. Fui até Tinguá, Nova Iguaçu, no seu novo endereço para entrevistá-la.

A participação no Projeto Cidadania aguçou mais o meu olhar e me instigou a observar a questão dos adultos sem certidão de nascimento, já que conheci quatro adultos que não eram registrados através desse evento. Esse fenômeno tornou-se interessante para mim à medida que atravessa gerações, trazendo mais complexidade para as cenas.

Ainda no interior do trabalho de campo, no mês de Junho de 2006, buscando ampliar o universo empírico, enviei aerogramas em nome do Serviço Social do HECC para alguns responsáveis que tiveram crianças internadas em anos anteriores e que não possuíam certidão de nascimento. Colhi esses dados, nomes e endereços, nas fichas do Projeto Registre Sua Criança do Serviço Social do HECC, dos anos de 2002 e 2004. Esse período foi escolhido, pois foram anos em que o registro do Serviço Social esteve mais qualificado e as informações sobre as pessoas atendidas estavam mais completas. No conjunto de 10 aerogramas enviados, tive resposta somente de uma pessoa que veio ao Serviço Social e aproveitou para trazer seu filho que estava doente, conforme sinalizado anteriormente. Também cheguei a marcar com duas pessoas no HECC, mas elas não compareceram.

No final do segundo semestre de 2006 e ao longo do ano de 2007, dei prosseguimento à tentativa de manter contato com esses responsáveis, mas ampliando o período para os anos de 1999 a 2007, por ser o tempo em que lá me encontro trabalhando. Portanto, venho acompanhando, de alguma forma, essa questão. Como indiquei, minha intenção foi construir um pequeno retrato do

grupo pesquisado, a partir de dados quantitativos e qualitativos ao aplicar o questionário do trabalho de campo. Já tinha uma noção do número de crianças a que seria aplicado, mas só naquele momento soube do número real, o que causou um susto devido ao tamanho da empreitada e a inexistência de recursos: 171 crianças.¹⁷

Por conta desse universo grande e também do desejo de trazer os adultos sem certidão para a tese, optei em entrevistar somente os adultos sem certidão de nascimento e, com relação aos responsáveis pelas crianças, aplicar o questionário. Ocorre que acabei entrevistando 07 responsáveis por crianças sem certidão, pois quis assegurar mais as conversas que estavam a se desenrolar no momento da aplicação do questionário.

Para chegar a esse universo de 171 crianças foi preciso fazer um levantamento em todos os livros de atendimento do Serviço Social desse período, 1999 a 2007. Foi um processo extremamente trabalhoso e exaustivo. Como o aerograma não surtira efeito, nem a marcação no HECC, decidi ir até a casa das pessoas.

O processo de levantamento de dados nos livros do Serviço Social, a aplicação do questionário e a tabulação dos dados contou com a contribuição de Michele Anacleto. Michele foi estagiária do Serviço Social do HECC e hoje é assistente social. Trabalhou comigo, na condição de auxiliar de pesquisa. Nesse sentido, em diferentes momentos, eu me refiro à Michele como “minha auxiliar de pesquisa”, “minha acompanhante” ou mesmo como Michele, quando a ação descrita tiver contado com a participação dela. Essa parceria deu mais agilidade à coleta de alguns dados, assim como tornou o trabalho de pesquisa menos solitário, à medida que era possível uma troca de pontos de vista entre nós.

A localização de informações nos livros do Serviço Social foi um árduo processo. Em primeiro lugar, significou pedir à secretária do Serviço Social que solicitasse os livros aos funcionários do Almojarifado, que deveriam localizá-los e retirá-los, o que levou mais de um mês. Com cerca de 25 livros nas mãos, eu e minha auxiliar de pesquisa passamos a procurar pelos registros de atendimento

¹⁷ O número de crianças atendidas pelo HECC e que não possuem certidão de nascimento é superior, já que ocorre de nem todas passarem pelo Serviço Social. Também porque alguns livros não foram localizados.

aos responsáveis pelas crianças sem certidão de nascimento. Vale dizer que alguns livros não foram localizados no Setor dos Arquivos Inativos.

Para encontrar o atendimento a uma criança sem certidão, era preciso folhear os livros página por página, já que os registros se encontravam em meio a todos os outros atendimentos realizados a cada dia pelo Serviço Social.

Às vezes eu e Michele encontrávamos através da nomenclatura “Filho de”, outras vezes, somente ao ler o atendimento realizado é que percebíamos que a criança não era registrada.

Uma vez localizada a criança no livro de atendimento do Serviço Social, eu e minha acompanhante transcrevemos os dados para uma listagem organizada por ano, identificando o livro e as páginas do atendimento. Depois, transcrevemos as informações de cada criança para uma cópia do questionário a ser aplicado, guardando-o numa pasta relativa ao ano correspondente.

Posteriormente, eu e Michele organizamos listagens das crianças por bairro, independente do ano, colocando também endereço e telefone, quando havia. Deparamo-nos com um número significativo de crianças cujos registros não continham endereço ou telefone. Em alguns casos, inclusive, constava somente o nome. Este tipo de registro não possibilitava o conhecimento do caso, muito menos servia para a pesquisa.

Em seguida, ligamos para as pessoas que tinham telefone, com o objetivo de marcar uma visita à casa delas para aplicar o questionário. Eu e Michele utilizamos o telefone do Serviço Social do HECC nos momentos em que não estava ocupado e também o de casa, inclusive o celular. Em alguns momentos, usar o telefone do Serviço Social trouxe algum desconforto, porque é utilizado de forma quase que contínua pela equipe de assistentes sociais. Os números de telefone muitas vezes eram de um vizinho, familiar, telefone comunitário ou até mesmo de uma entidade religiosa. Foi um processo rico, em função dos diálogos travados com algumas pessoas, dos quais emergiam formas inusitadas de linguagem e diferentes visões de mundo. Entretanto, foi cansativo, pois tivemos que repetir sempre a mesma fala, apresentando-nos e dizendo quais os nossos propósitos. Também, encontramos várias situações que se constituíram em desafios e levaram a buscar outros caminhos para localizar as pessoas. Por exemplo: a ligação não completava, a pessoa mudou-se, não conheciam quem

procurávamos e, ainda, o vizinho fica de chamar a pessoa e quando retornávamos ninguém atendia ao telefone.

Ocorreu que ao chegarmos no endereço informado no HECC, ninguém conhecia quem procurávamos. Percebi que as pessoas se mudam com frequência, pois muitas não eram conhecidas no local. Cheguei a aventar a hipótese de que algumas forneceram endereço e telefone errados no ato da abertura de boletim no HECC. Isto aconteceu porque fomos a locais onde havia vizinhos ao endereço fornecido que sempre moraram ali e não conheciam quem procurávamos.

Outra estratégia utilizada para tentar encontrar algum número de telefone, foi o serviço 102 da telefonia. Poucas vezes eu e minha acompanhante obtivemos êxito e conseguimos através do número de telefone informado falar com a pessoa que buscávamos. O retorno através do uso desse serviço foi pequeno. Geralmente obtínhamos as seguintes informações: “telefone não disponível para consulta”; “endereço não localizado” ou “não existe telefone disponível para este endereço”. Ocorria também do serviço de telefonia fornecer o número de um endereço semelhante em outro bairro. Em outros casos, quando tínhamos o número do telefone, ligávamos e não residia ninguém com o nome que procurávamos no endereço ou próximo à residência.

Algumas vezes, ao telefone, as pessoas eram impacientes e ásperas, outras vezes, eram ou simpáticas e disponíveis, seja para dizerem que não conheciam tal pessoa, ou mesmo, para se colocarem disponíveis em receber a mim e a minha auxiliar de pesquisa. O sentimento, nesse momento, era um misto de frustração e alegria.

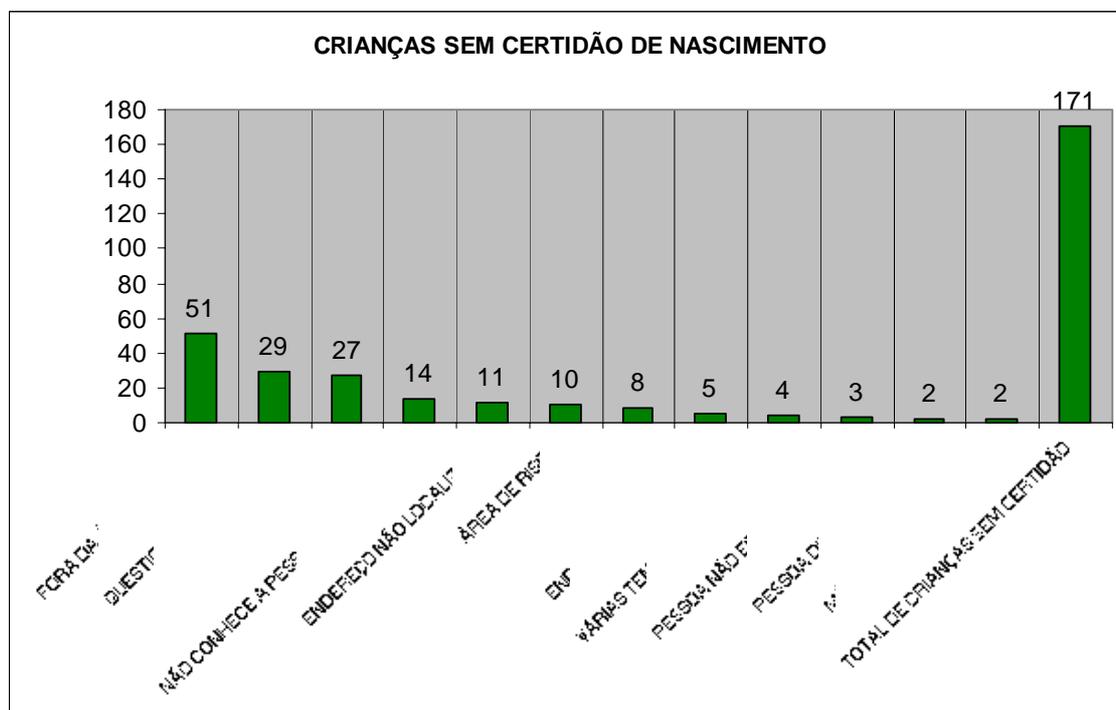
Em conversa com Michele ela me fez o seguinte relato que mostra as dificuldades do trabalho de campo, por isto vale à pena transcrevê-lo.

“Era muito interessante a maneira como as pessoas reagiam quando eu falava a seguinte frase: “Bom dia, boa tarde ou boa noite, eu sou Michele auxiliar de pesquisa da assistente social Tula do Hospital Estadual Carlos Chagas. No ano X a Senhora deu entrada na unidade com a criança Y e na época ela não tinha registro/certidão de nascimento e a assistente social Tula está fazendo uma pesquisa sobre crianças e adultos sem certidão, atendidos aqui no Carlos Chagas desde 1999 até o presente ano 2007. Nós estamos entrando em contato para saber se a senhora teria um tempo disponível para responder algumas perguntas sobre as dificuldades e implicações que a senhora teve para tirar a certidão do(a) seu ou sua filho(a). É somente uma pesquisa”. A sensação que tínhamos era de que a pessoa do outro lado da linha ficava preocupada, cismada, receosa e até mesmo com medo de sermos do Conselho Tutelar, querendo tirar a criança dela. Isso era

manifesto em várias ligações, quando conseguíamos falar com a pessoa pretendida. Ela dizia que a criança já estava registrada “há um tempão”, termo utilizado pela maioria. Perguntava se íamos tirar a criança. Daí eu acabava sendo impulsionada a explicar novamente a pesquisa, ressaltando que não tínhamos nenhuma ligação com o Conselho Tutelar, mas que era uma pesquisa para a faculdade da assistente social Tula, uma espécie de trabalho dizia eu. Por fim acabávamos conseguindo convencer a pessoa de nos fornecer a entrevista através da nossa ida a sua residência. Sempre que eu me deparava com outro contato, era como se eu tivesse ganho um prêmio, tendo em vista a dificuldade que era obter êxito na busca. No entanto, era melhor ainda quando conseguia marcar a visita domiciliar”.

Como última tentativa, eu e minha auxiliar de pesquisa, inserimos os nomes das crianças e responsáveis no sistema do HECC, que gera os boletins de atendimento da emergência. Consegui localizar alguns dados que não possuía. Encontramos também, ao digitar a expressão “Filho de”, cerca de 20 crianças que não foram atendidas pelo Serviço Social e não possuíam sua certidão, mas que deram entrada no HECC. Não as incluí na pesquisa, em função do quantitativo já ser grande e por não terem tido atendimento do Serviço Social do HECC.

Partindo, então, de 171 crianças cheguei ao seguinte quadro:



A partir deste trabalho, optei por delimitar geograficamente o universo a ser pesquisado. Assim, crianças que residem em bairros que o HECC não abrange, não fizeram parte do universo onde foi aplicado o questionário. Nesse sentido, a classificação *Fora da Área do HECC*, diz respeito às crianças que moram em um bairro fora da abrangência do HECC, mas que, no entanto, lá foram atendidas. Esse fato é muito comum, pois um número grande de moradores da Zona Oeste e da Baixada Fluminense buscam atendimento no HECC.

Chamo *Área de risco* os locais em que moradores nos aconselharam a não visitar. Basicamente referem-se aos bairros de Costa Barros, Irajá e Barros Filho. Por outro lado, *várias tentativas sem êxito* são aquelas em que eu e Michele falamos ao telefone, marcamos e os responsáveis não compareceram, ou marcaram novamente e não conseguimos encontrá-los. Em dois casos desta categoria, todas as informações confirmavam que estávamos diante da pessoa procurada, mas ela dizia que não era ela, o que interpretei como sendo uma recusa ao controle que as instituições exercem em relação à população, ainda mais se tratando da temática em foco.

Munidas do endereço, eu e minha auxiliar de pesquisa, buscamos referências nos mapas, na internet e no guia de ruas para saber como chegar às casas. Montamos roteiros por proximidade e, tendo feito ou não contato pelo telefone anteriormente, partimos para as casas das crianças. Às vezes, eu e Michele íamos no meu carro, ou Michele ia de ônibus, a pé ou de carro com seu namorado.

No telefone e na casa das pessoas, eu me identificava como sendo Tula, assistente social do HECC que estava fazendo uma pesquisa sobre as crianças sem certidão de nascimento que foram atendidas no HECC e Michele, auxiliar de pesquisa. A identidade do HECC foi fundamental para nos proteger, pois, a desconfiança das pessoas era grande. Nas primeiras visitas que fiz ainda me apresentava como estudante e pesquisadora da PUC, uma universidade, falava da pesquisa, mas em seguida tinha que falar do HECC para que as pessoas entendessem melhor e também para que abrissem as portas. Logo abandonei essa forma de apresentação, também porque comecei a me sentir insegura em função dos locais em que estava a transitar e das diferentes reações das pessoas. Apresentava-me como representante do HECC, o que garantia alguma proteção. Assim sendo, eu ou minha auxiliar de pesquisa ficamos sendo vistas como: “a

moça”, “as moças”, “as moças da pesquisa”, “a assistente social”, “a assistente social do HECC” ou simplesmente como: “é do HECC”.

Não conseguia, face às dificuldades das pessoas, deixar de explicar como registrar a criança, como o adulto poderia registrar-se, como conseguir o PBF, ou mesmo problematizar algum assunto em pauta. Não conseguia, principalmente com os adultos sem certidão de nascimento, não tentar provocar as pessoas para buscarem tirar seu registro. Dessa forma, os dados coletados, as interpretações feitas e o conhecimento gerado a partir da presente tese, trazem a marca desses dois papéis: assistente social e pesquisadora. Na verdade, creio que a dramaticidade da problemática, por tratar-se de sujeitos que estão numa situação limite levou a (con) fundir os papéis de pesquisadora e assistente social em algumas situações e casos. Tal circunstância integra o processo de pesquisa e marca minhas conclusões da tese.

Nesse sentido, era inevitável que surgisse algum pedido, como por exemplo, a possibilidade de fazer uma tomografia, ou informação sobre benefícios. Dei a informação pedida e quanto à tomografia, pedi que me ligassem, pois iria ver como estava sendo o funcionamento. A pessoa não telefonou. A mãe que pediu a tomografia foi a mesma que ao telefone disse para a minha auxiliar de pesquisa que era muito grata ao HECC e a mim pelo atendimento que seu filho recebera quando esteve entre a vida e a morte.

Quando eu e Michele estávamos juntas, eu conduzia as perguntas e Michele registrava no questionário. Quando ela estava só, fazia as duas coisas. Nos sete casos em que também entrevistei a mãe e gravei, eu conduzi a entrevista e a minha acompanhante fez anotações no questionário. Em uma residência, apliquei o questionário por telefone. A avó me recebeu e ligou para o trabalho de sua filha. Esta nos atendeu gentilmente. Eu fui fazendo as perguntas e repetindo suas respostas em voz alta, ao mesmo tempo, para que minha acompanhante pudesse anotar.

Um dos aspectos que mais chamou a atenção foi a reação das pessoas achando que eu e Michele éramos do Conselho Tutelar, ora com medo, ora com alguma expectativa. Não era uma novidade, mas a associação entre esse órgão, a coerção e o disciplinamento chocou-me. Isso porque passados quase 20 anos da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a visão da sociedade sobre o Conselho Tutelar e sobre os conselheiros ainda é muito negativa. O papel

deste personagem social é incompreendido e distorcido. Algumas pessoas perguntavam se éramos do Conselho Tutelar e, em seguida, se íamos tirar seus filhos. Logo se adiantavam em dizer que a criança já estava registrada. Com isso, buscavam também, em alguns casos, descartar o contato comigo e com minha auxiliar. Outras pessoas queriam que fôssemos do Conselho Tutelar, seja porque o vizinho ou mesmo a avó da criança, por exemplo, dizia que os pais da criança não tinham jeito, só chamando o Conselho Tutelar. A visão que familiares e/ou vizinhos expressam em relação às mães e/ou pais de uma criança sem certidão de nascimento é recheada de adjetivos pejorativos: “*desmioladas; relaxadas; descansadas; encostadas; irresponsáveis; safadas; acomodadas; devagar*”.

Uma mãe, Monique, em entrevista, relatou que um funcionário do Conselho Tutelar teria lhe telefonado e dito que iria à sua casa. Por causa disso, suas crianças, particularmente a Jeniffer, sentiam medo, por conta da possibilidade do Conselho Tutelar tirá-las da Monique. Esta mãe diz que quando chega alguém na sua casa, ela corre para dar banho em seus filhos, sobressaltada, com receio de ser alguém do Conselho Tutelar.

Eu e Michele percebemos já pelo telefone diferentes reações nas pessoas: desconfiança, medo, preconceito, gentilezas, agradecimentos. Algumas tentavam se esquivar dizendo que não tinham horário ou que “as coisas estavam complicadas”, a violência estava grande no local onde moram e ficaria difícil nosso acesso. Mas estavam se protegendo e a nós também, de alguma forma. Assim, alguns marcaram local próximo para nos pegar, ou forneceram recomendações de como chegar.

Algumas residências foram localizadas facilmente; muitas outras, nem tanto. Foi preciso um “espírito aventureiro” e uma dose de imprudência para adentrar em determinados locais. Muitos deles em áreas consideradas de risco, seja por definição do mapa, pelo meu conhecimento, por informação das próprias pessoas com quem buscava conversar e, até mesmo, por transeuntes que davam informações. Alguns destes recomendavam que eu e Michele não fôssemos a determinado local, em seus rostos percebíamos expressões de medo pelo perigo. Por duas vezes, no bairro de Costa Barros, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, após pedir informações nas ruas, minha auxiliar percebeu que acabara de falar com alguém envolvido com o tráfico em função da presença de armas e papalotes de cocaína. Em uma ocasião, nesse mesmo bairro, minha auxiliar achou melhor

não prosseguir na tentativa de localizar alguns endereços. Estava sozinha, recebeu recomendações de que o local era perigoso e se sentiu vulnerável. Em outro momento, estávamos no bairro de Honório Gurgel, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, na casa da criança Luiz Davi. Enquanto gravava uma entrevista com sua mãe, ouvi um barulho e eu perguntei: “*Tiros ou fogos?*” e Maria da Consolação respondeu: “*Acho que são tiros*”. Desliguei o gravador e esperei um pouco. Em seguida, como os tiros não prosseguiram, dei continuidade à entrevista.

A forma como as pessoas fornecem informação nas ruas daria uma interessante pesquisa. Algumas visivelmente não sabem, mas dão a orientação, outras perguntam a outros. Outros ainda falam uma parte e pedem para perguntar mais a frente. Algumas ruas, as pessoas não conhecem. Nesse processo de pedir informação na rua, eu e minha acompanhante acabamos achando algumas ruas e pessoas por acaso. Em duas situações, quando entrávamos em um local para chegar a uma determinada rua, acabamos encontrando outra que também estávamos a procurar. Ao pedir referência a uma moça, percebemos que também procurávamos por ela. E ainda em outro momento, indagando uma moça na rua sobre uma pessoa era a própria que eu estava a procurar.

Por várias vezes, pensei em voltar atrás e não ir a determinados locais. Por exemplo, num fim de tarde, eu e Michele subíamos um morro em Guadalupe, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e passamos pelo meio do mato fechado e da água que escorria pelo chão, em plena epidemia de dengue, para falar com uma moça que morava no alto do morro. A sensação que tive era a de que não havia nada depois do mato, e pensava na volta com medo de cair. Saí de lá com o corpo todo coçando.

Outras vezes, eu e minha auxiliar entramos em becos que pareciam não ter fim, sempre levadas por crianças. Uma ruela estreita e escura levava a outra mais estreita e mais escura, várias casas amontoadas ali se anunciavam, pessoas se esgueiravam. No chão, uma água escorria e um cheiro de esgoto misturado com gordura. Nestes momentos, eu e Michele trocávamos alguns olhares mudos: o que fazer? Continuar ou não? E se algo acontecer com Michele, terei que responder por isso?! Sua família vai me processar?

Um aspecto que chamou a atenção foi a presença das crianças por todos os locais. Ruidosas, pelas ruas brincando, na lama, no rio, vestidas com o uniforme da prefeitura, com roupas inadequadas para o tempo, sujas, comendo, vendo

televisão. Mostravam-se curiosas por saber quem éramos. Efetivamente em alguns momentos, algumas crianças batalharam para ter um lugar ativo, seja dando uma informação de endereço, levando-nos até a casa ou pessoa procurada, seja interrompendo a entrevista que estavam a assistir para tecer um comentário que lhes parecia importante, merecedor de registro. Por exemplo:

“Estou na sala da Laurelina, bisavó de Ana Beatriz, gravando a entrevista com ela. Seus vários netos e bisnetos transitam da sala para o quarto curiosos com a minha presença. Ao longo da entrevista, Laurelina se mostrou muito solícita e emocionada narrando sua história de sofrimento, pois como diz tem uma filha presa, uma drogada e um filho que mora na rua. Uma de suas bisnetas, com cerca de 08, anos vinha tentando falar algo, abria a boca e Laurelina mandava ela se calar e sair dali. Até que diante de suas várias tentativas de falar, eu lhe pergunto: “Você queria falar alguma coisa?”. Ela fica quieta e de repente diz a queima roupa: “Minha tia matou a minha tia”. Todos ficam constrangidos e Laurelina diz: “Isso já é outra coisa”. E em seguida pede: “Vai brincar, não pode falar nada vocês, vai brincar” (Diário de Campo – 11/12/2007)!

Ao escrever esse texto, recordo-me do comentário de outra criança enquanto entrevistava sua mãe, Sandra, também ligado a morte de um parente. Ela disse: “*O tio Fábio já morreu*”. Isso no momento em que sua mãe estava contando um pouco da história de cada um dos seus irmãos. Isto mostra o contato desde cedo das crianças com a morte de familiares, de tios, de forma violenta: num caso assassinado pela outra tia e em outro pela polícia.

Como uma extensão da própria casa, as pessoas ocupam as calçadas próximas, conversando, tomando cerveja e observando o entorno e a movimentação. A minha chegada e a da minha auxiliar de pesquisa despertava curiosidade. As pessoas querem saber quem somos e o que viemos fazer. Com uma frequência impressionante indagam se somos do Conselho Tutelar, conforme já assinalado. Lançam um olhar comprido, se oferecem para dar informação, chegam ao portão, continuam próximas, mesmo quando encontramos quem procurávamos.

Nas visitas às casas, alguns aspectos me chamaram atenção. O primeiro deles é a pobreza em que muitas das pessoas vivem. Áreas de invasão aparecem, barracos de madeira, casas de um cômodo, esgoto a céu aberto, casa no alto do morro, cheiro de umidade e sujeira. De forma freqüente, a situação das crianças sem certidão de nascimento vem acompanhada de outras mazelas, o que aponta para a ligação entre sub-registro de nascimento e pobreza. Em alguns casos, a

pobreza era tanta que cheguei a ficar nauseada. Por isso também ficava difícil atuar somente como pesquisadora, assim não me furtei a dar informações sobre programas sociais e serviços existentes. Por isso mesmo, receava aceitar água ou café nas muitas vezes em que foram oferecidos. Mas, ao mesmo tempo, sabia ser indelicado não aceitar, e em várias vezes aceitei. Às vezes, a pobreza era relativizada quando a conversa com o informante tinha um tom positivo, ou quando a pessoa era engraçada.

Depois de aplicados os questionários, eu e minha auxiliar de pesquisa passamos à tabulação dos dados e confecção de gráficos. Nesse processo, percebi que deveria ter feito um pré-teste de aplicação do questionário, pois poderia ter evitado perguntas parecidas, outras que acabaram não fazendo muito sentido e ainda outras que não incluí e deveria ter incluído. Na altura do vigésimo questionário aplicado, comecei a perceber certa saturação dos dados relativos a algumas perguntas.

Como três das 29 crianças às quais o questionário foi aplicado aos seus responsáveis foram notificadas ao Conselho Tutelar pelo Serviço Social do HECC, também busquei dados nas fichas de notificação. Encontrei algumas informações que não constavam dos livros de atendimento do Serviço Social do HECC.

Como parte do material empírico da tese, desde abril de 2007, acompanho a peregrinação de Andréia, 32 anos, sem certidão de nascimento, que vem lutando para ter seu documento. Eu a conheci através do trabalho na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Convivi com Andréia em vários momentos, junto à Defensoria Pública de Anchieta, ao Detran e em alguns dos 14 cartórios de registro civil do Rio de Janeiro. Fomos juntas também ao Cartório de Madureira onde está o seu processo e, mais recentemente, ao gabinete do Doutor Siro Darlan, que coordena o Projeto “Quem sou Eu”?, voltado para a erradicação do sub-registro de nascimento no estado do RJ, no sentido de agilizar seu processo. Este processo será detalhado no Capítulo III da tese.

Nesta oportunidade, pude perceber um pouco do funcionamento desses vários órgãos no que diz respeito ao registro civil tardio. Em função desse caso, entrevistei Andréia, o Defensor Público, Félix Dutra da Defensoria de Anchieta e o Desembargador Siro Darlan.

Quanto à realização de entrevistas, tenho os seguintes dados: 03 entrevistas com adultos sem certidão de nascimento: Eliana e Sandra¹⁸ que conheci através do Projeto Cidadania e Andréia através da Prefeitura do Rio de Janeiro. Foram realizadas outras sete com mães que tiveram filho internado no HECC: Sheyla, Priscilla, Maria da Consolação, Sueli, Laurelina, Monique e Rute. Estas duas últimas também não possuíam certidão de nascimento.

Na maior parte das vezes, não contei com as melhores condições para a realização das entrevistas, até porque, eram realizadas com os responsáveis junto com a aplicação do questionário, não estavam agendadas antes. Mesmo as com os adultos sem certidão de nascimento que foram agendadas. Diferentes circunstâncias podem ser descritas: crianças ao redor, televisão ligada sem o som, barulho de música ao longe e curiosos esticando o pescoço. Somente na entrevista de Andréia, tive um bom espaço e tranquilidade, sem ser interrompida por ninguém. Previamente agendada, foi realizada em uma escola. Fatores outros como a pobreza me deixando nauseada, a dureza da temática e o constrangimento que senti diante da situação narrada de ser uma pessoa sem certidão de nascimento particularmente, em alguns momentos, também marcaram as entrevistas.

Como é possível perceber dada a complexidade do campo e dificuldade de acessar as pessoas, tive várias entradas que foram simultâneas e construí diferentes estratégias e possibilidades metodológicas. O que trouxe um material rico e dificuldades para interpretação dos dados, forçando-me a buscar soluções em busca dos meus objetivos. A minha empiria gerou uma realidade multifacetada, como uma espécie de teia.

Em vários momentos os papéis de assistente social e de pesquisadora se entrelaçaram. No interior do HECC talvez isso tenha sido mais difícil, pois acabei, em alguns momentos, realizando dois papéis simultaneamente. Como as crianças têm um tempo de internação relativamente pequeno, se eu não entrasse em contato com os responsáveis imediatamente, provavelmente, quando voltasse na semana seguinte, a criança já teria tido alta.

No Projeto Cidadania, pude ser claramente estudante do Doutorado da PUC que estava fazendo uma pesquisa sobre as crianças sem certidão de nascimento. Até mesmo posteriormente em contato com os adultos sem certidão,

¹⁸ Entrevista transcrita no anexo III

pude me colocar como uma pesquisadora. Lá fui vista como a “Tula”, “a moça da pesquisa”, “a moça que esteve no mutirão no CIEP”, “a moça do caso do Rodrigo”, em relação ao rapaz do grupo que não era registrado.

A existência de crianças sem certidão de nascimento é uma temática que me causou, como já assinalado, desde o início um grande estranhamento. Quando transformada num objeto de pesquisa acadêmica, pareceu que esse estranhamento foi maior ainda. Mas aqui não só mais meu. Em conversas com várias pessoas de meu convívio, inclusive nos espaços da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, também provocava estranhamento. Provocava em seguida certo fascínio, deleite com o tema, o que levava as pessoas a fazerem perguntas e a falarem até mesmo de experiências correlatas suas ou não. Fui percebendo então, que era uma temática em que se resvala facilmente para o moralismo, talvez porque fale de uma questão que remeta a todos nós, afinal, somos todos registrados, quanto para a perplexidade, uma curiosidade enorme, diante de uma dimensão cultural “exótica”, longe do olhar, apesar de estar tão perto, na nossa própria cidade, algumas vezes em nossas casas ou na de conhecidos. Tanto para a pesquisa quanto para a intervenção nenhum dos dois pólos é produtivo, pois não se avança na construção do conhecimento. Ao longo de todo trabalho de campo, tive que estar atenta a essas questões, pois é uma realidade muito distante do extrato social em que vivo mais ainda por se tratar de pessoas que pertencem aos patamares mais baixos da hierarquia da sociedade brasileira e que trazem uma história de muita dor e diferentes tipos de abandono, principalmente os adultos sem certidão. Nesse sentido, logo olhamos as crianças e pensamos que elas podem vir a ser como esses adultos.

Lembro então de Cynthia Sarti (2004), quando diz que:

“Ouve-se o discurso das famílias como “ignorância”, negando que este possa ser levado em conta como um diálogo entre pontos de vista. Essa tendência à desqualificação do outro será tanto mais forte quanto mais a família assistida pertencer aos estratos mais baixos da hierarquia, reproduzindo os mecanismos que instituem a desigualdade social.

À dificuldade que o tema da família apresenta, por sua forte identificação com nossas próprias referências e pelo esforço de estranhamento que a aproximação ao outro exige, soma-se o problema do estatuto que atribuímos ao nosso próprio discurso e, conseqüentemente, ao discurso do outro (p:34)” .

Nesse sentido, relativizar o olhar que eu lançava para as mães e pais, a cada conversa que mantínhamos, foi um movimento muito custoso. Exigiu suor, repensar, buscar novas formas de perguntar e de enxergar as mães como mulheres. Mais ainda, quando no contexto do HECC, a premência do papel de assistente social se colocava exigindo uma intervenção e um combinado com cada família em relação à realização do registro das crianças. Um bom exercício nesse sentido, para mim, foi a convivência com Michele. Em muitos momentos me vi fazendo uma espécie de formação em serviço com ela, provocando-a a se repensar quando emitia algum comentário um pouco mais conservador ou no plano do senso comum.

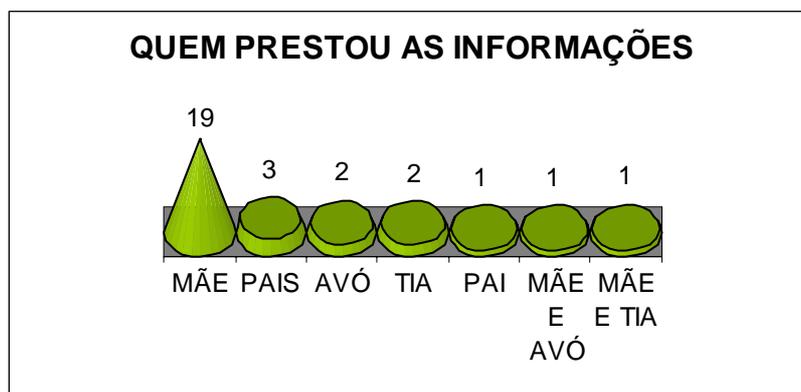
Ao escrever esse texto, percebo que começo a elaborar algumas sensações anteriores que não conseguia nomear ou mesmo explicar muito bem. Hoje vejo que o fato de em abril de 2006 eu ter sentido necessidade de ampliar meu campo empírico, procurando outros locais em que pudesse encontrar mais pessoas sem certidão de nascimento, porque naquele momento no HECC não havia ainda sido internada nenhuma, poderia estar ligado às características dessa pesquisa – crianças sem certidão de nascimento no interior de uma unidade de saúde. Ou seja, é um objeto que não é permanente na instituição nem específico. Até porque não se vai para um hospital porque não se tem certidão de nascimento. Isso não se constitui motivo de internação. Quer dizer, não é todo dia que se tem uma criança sem certidão de nascimento no HECC mais ainda internada e principalmente nos últimos anos pude assistir meu objeto de pesquisa ganhando também outras nuances.

Retomei contato com as pessoas que tiveram passagem pelo HECC, para continuar tendo um foco numa instituição determinada. Hoje vejo que um caminho, além de buscar ampliar o universo empírico, poderia ter sido pensar em estratégias que me possibilitassem um maior convívio com essas pessoas, um trabalho de campo intensivo quando houvesse alguma criança sem certidão de nascimento internada. Ou até mesmo uma convivência cotidiana maior com as famílias em suas residências, ou ainda a partir de processos judiciais com essa temática. Essa é uma das razões, pela qual a empiria da presente tese é diversificada em termos de locais onde os dados foram coletados, as diferenças entre os próprios dados e a forma como foram obtidos.

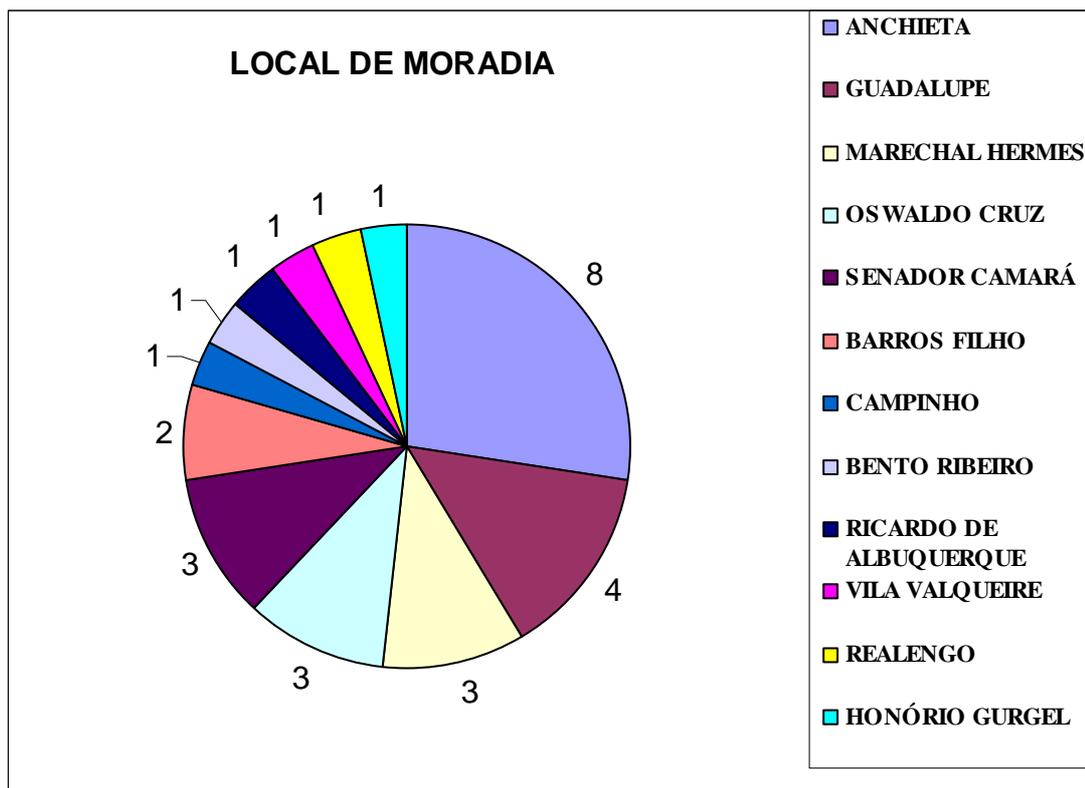
2.2 Perfil das crianças e responsáveis

Passo agora a trazer dados da tabulação do questionário que podem nos ajudar a compor um perfil das crianças e seus responsáveis de parte do grupo pesquisado. Como já sinalizado, o questionário foi aplicado a responsáveis por 29 crianças internadas no HECC entre 1999 e 2007 e que não possuíam sua certidão de nascimento. Ao longo da apresentação desses dados, aponto algumas reflexões e dialogo com dados de algumas pesquisas quantitativas localizadas na revisão da bibliografia e anteriormente apontadas, a saber: Souza (1989) procurou estimar a taxa de sub-registro de nascimento em Maringá, PR; Portela (1989) dedicou-se a fazer o mesmo no município de Piripiri, PI; assim como Jorge et al (1997) no município de Londrina, PR e Cardoso et al (2002) no município do Centro Novo do Maranhão, MA. Esta última, sendo uma pesquisa já após a vigência da Lei da Gratuidade de 1997 e da realização de três mutirões para “tirada” de certidões de nascimento, já mostra reflexos dessas ações no índice de sub-registro. Castanhel (2003) estudou o sub-registro em Florianópolis, SC.

Vale dizer que em termos dos informantes, tivemos o seguinte:



Em diferentes perguntas os dados relativos ao pai, estão classificados como não informados, já que as mulheres às vezes não sabiam dar informações, ou o pai já havia falecido, mas na maior parte das vezes preferiam não informar, como dizem: “*Precisa falar dele?*”; “*Não quero falar dele não*”; “*Prefiro não falar*”, foram situações comuns.

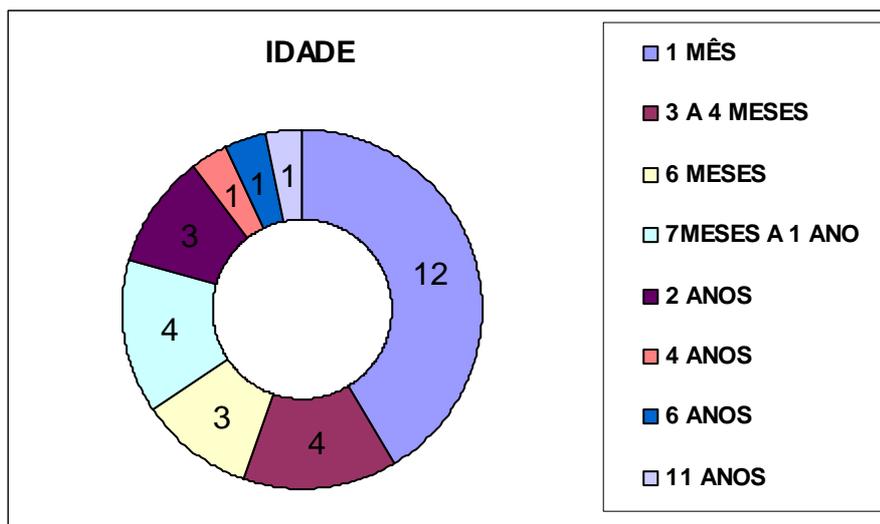


Em relação ao local de moradia, com exceção de 04 crianças, cujos dados foram coletados no interior do HECC durante a internação, as demais fazem parte do território de abrangência do HECC.

Em relação às crianças o perfil é o seguinte: em termos de sexo, 17 são meninos e 12 são meninas. Não haveria assim, preferência dos pais em registrar filho de um sexo em detrimento de outro. Conforme sinalizado por outras pesquisas, Souza (1989); Portela (1989), Jorge et al (1997), Brasileiro (2001), Cardoso et al (2002) a variável sexo não se mostra significativa. Como sinaliza Souza (1989), em pesquisa sobre o sub-registro de nascimentos em Maringá, PR, a variável sexo diferiu pouco, resultado que para ela era esperado, já que, via de regra, a sociedade brasileira não valoriza crianças de determinado sexo em detrimento ao outro.

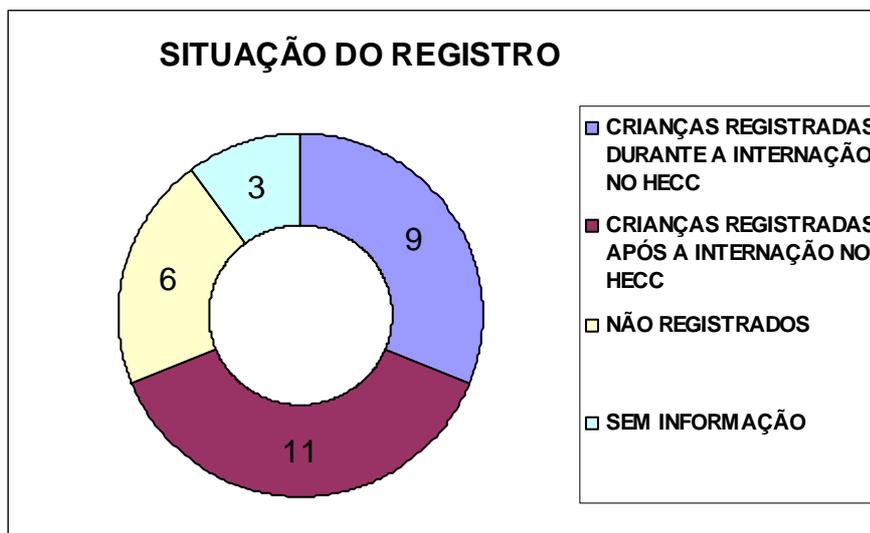
Em termos da cor da criança, temos o seguinte: 03 negras, 19 pardas, 04 brancas e 03 sem informação.

Em termos da idade das crianças temos o seguinte:



A maior concentração de crianças vai até os seis meses de idade. O que pode nos indicar que o registro possa vir a ser feito com a criança ainda pequena. Chama atenção o fato de haver duas crianças em idade escolar, uma delas de 11 anos de idade é Danilo que nunca estudou, a outra é Natália de 06 anos que também nunca foi à escola.

Em termos da situação do registro dessas 29 crianças, temos o seguinte quadro:

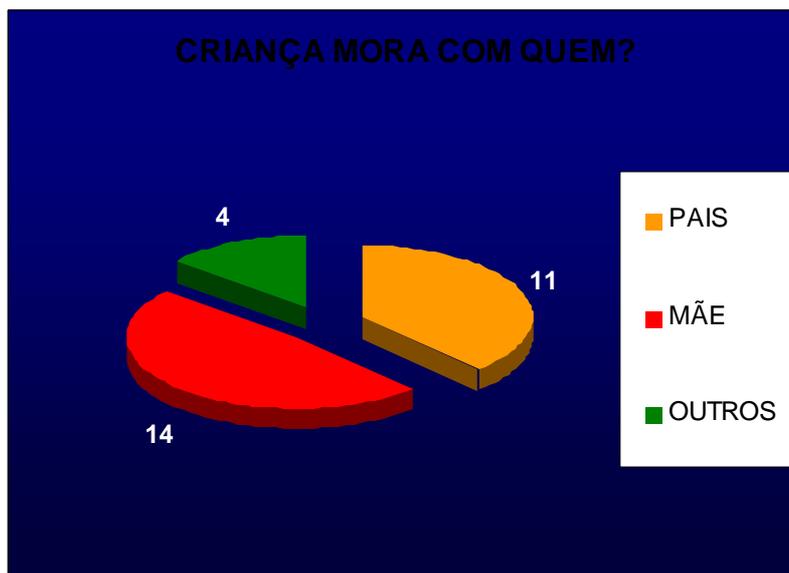


Temos então, que a maioria das crianças foi registrada. Das 06 que ainda não estão registradas, 05 são meninos. Em termos do registro o panorama nos mostra que a maior parte foi registrada no nome do pai e da mãe.



Com relação ao motivo da internação, a maior parte das crianças foi internada em função de alguma patologia respiratória ou intestinal, o que obedece ao padrão da Enfermaria de Pediatria¹⁹.

Coletei também o dado de com quem a criança mora, conforme gráfico abaixo:



Vemos que 14 crianças moram com a mãe, dessas, duas moram somente com a mãe, todas as outras residem também com outros parentes (seja tios, avós ou primos) e em dois casos com o novo companheiro da mãe, 11 crianças moram com os pais e 04 crianças classifiquei como outros: uma com a tia, uma com um

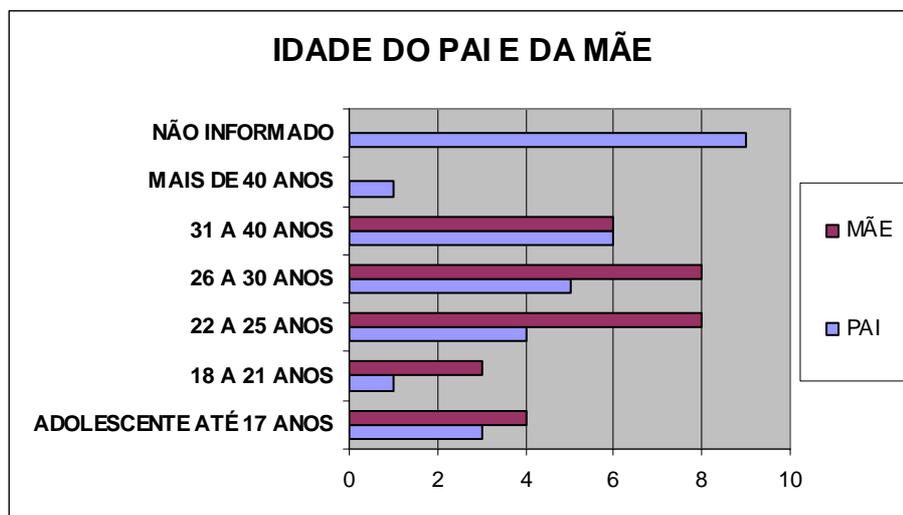
¹⁹ Segundo dados de 2002 do Doutor Paulo Roberto do HECC as patologias mais frequentes na Enfermaria de Pediatria referem-se a infecções respiratórias e gastrointestinais.

casal que a cria, uma com o namorado da mãe e uma criança faleceu. O que fica claro, é que a mãe é a figura que está mais presente seja qual for o grupo de pessoas, parentes que morem juntos.

Importa ressaltar que seis crianças (Rodrigo, Natália, Luiz Felipe, Jair, Ana Beatriz e outro Luiz Felipe) também possuíam irmãos que não eram registrados. No caso de Rodrigo (mais 02 irmãos) Natália (mais 03) e Luiz Felipe (mais 04), Jair (mais 02), Ana Beatriz (mais 01 irmão) e por fim, o outro Luiz Felipe que tinha uma irmã adolescente que ainda não era registrada.

No caso de Natália e Luiz Felipe seus irmãos foram registrados junto com eles, em função da internação no HECC. No caso de Rodrigo isso não ocorreu, pois a mãe dele não possui certidão e não abriu um processo de registro tardio; diferente do caso de Jair, cuja mãe também não é registrada, mas que já abriu o processo.

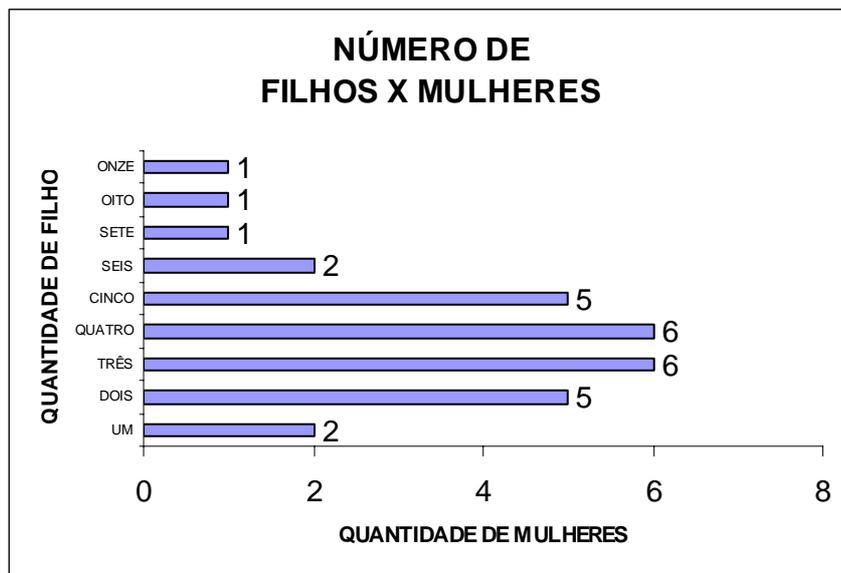
Ampliando as informações sobre a realidade de vida dessas crianças, trago agora alguns dados sobre os seus pais. Em termos da idade dos pais, temos que:



Vemos que há a presença de mães e pais adolescentes, o que pode contribuir para retardar o registro de nascimento da criança, já que dependem de seus pais para efetivá-lo, conforme citado explicitamente por uma mãe e apontado por outras pesquisas. Jorge et al (1997) e Castanhel (2003) encontraram associação entre mães adolescentes e tanto a demora na realização do registro quanto o sub-registro de nascimento. Vemos que a concentração das mulheres que vai dos 22 anos até os 30 anos é onde o sub-registro foi maior. Também próxima a

essa faixa etária, entre 20 e 29 anos Souza (1989), encontrou associação com maiores índices de sub-registro de nascimento. No entanto, na pesquisa de Portela (1989), as taxas de sub-registro analisadas, segundo idade das mães, são muito próximas.

Em relação ao número de filhos por mulher, é possível perceber que:

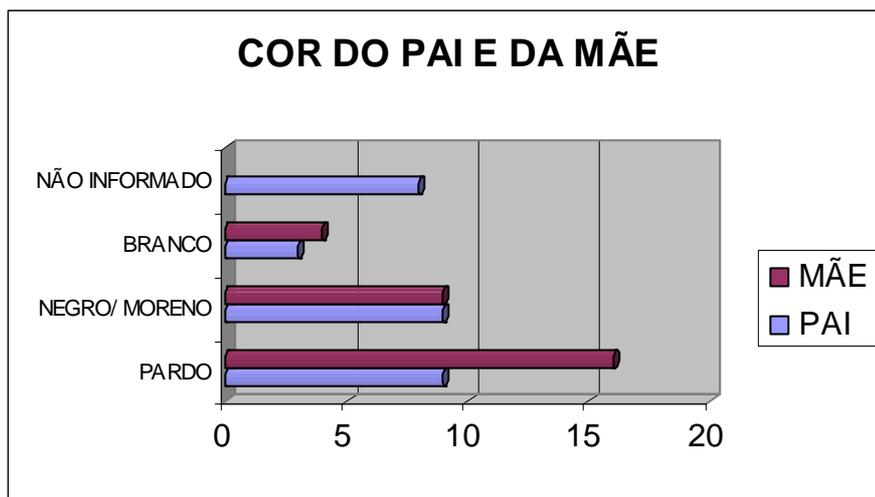


Vemos que a maior concentração está entre as mulheres que tiveram de três até seis filhos, aventando assim uma relação entre alta paridade e baixo nível sócio econômico. Também encontrado por Souza (1989) e Castanhel (2003).

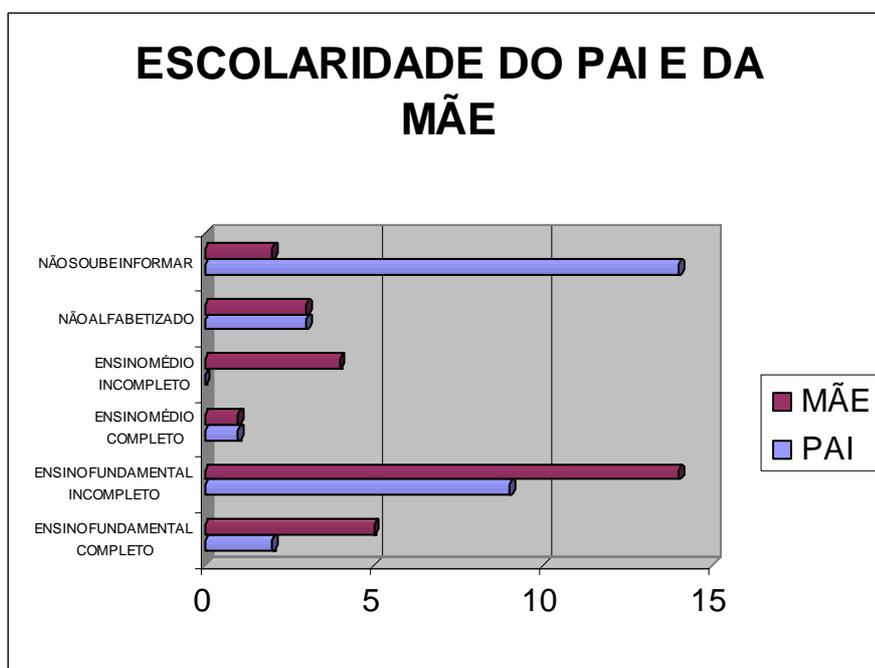
No conjunto de 29 mulheres, 21 disseram ter feito alguma consulta de pré-natal.

A variável tipo de parto foi em 22 casos parto normal e em 09 casos parto cesariana, o que novamente aponta para relação entre sub-registro e baixas condições de vida. Indicada também por Souza (1989), Jorge et al (1997) e Castanhel (2003).

Em termos de cor da pele temos uma concentração maior de mães que se definiram como parda, seguida de negra e os pais empatados entre pardo e negro.



Em relação a escolaridade vemos que:

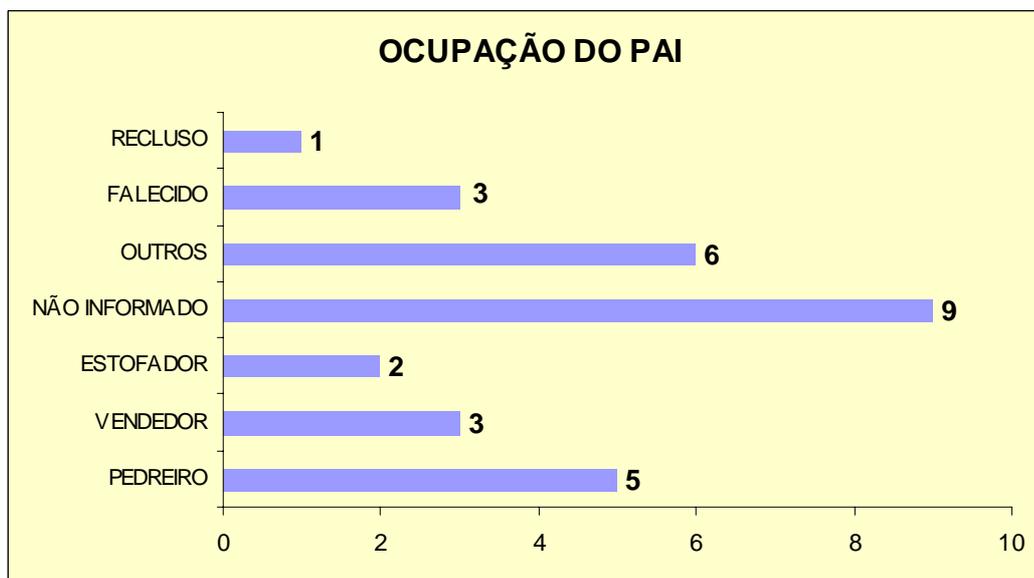


Temos assim uma concentração de mães e pais que possuem o ensino fundamental incompleto, mas o que me chamou atenção é que dentro do ensino fundamental, a maior parte só foi até as primeiras séries, denotando uma instrução precária. Também Jorge et al (1997), encontrou como um resultado estatisticamente significativo que as mulheres sem nenhuma instrução e aquelas de ensino fundamental incompleto foram as que menos registraram seus filhos. Também Cardoso et al (2002) e Castanhel (2003), encontraram números que reforçam a relação entre baixa escolaridade e sub-registro.

Em relação à ocupação da mãe temos o seguinte:



Em relação ao pai:



Esse dado foi difícil para tabular, em função da forma como foi coletado, pois não consegui saber exatamente quantos estavam trabalhando ou não no momento. A palavra biscate é muito presente, denotando as poucas possibilidades de trabalho regular e configurando uma trajetória intermitente. O que temos então, para todos os casos, é o tipo de ocupação que a pessoa costuma exercer quando trabalha que se caracteriza pela subalternidade, desqualificação, instabilidade e

rendimentos baixos, mesmo as duas mães, auxiliar de serviços gerais, com trabalho com vínculo empregatício.

Percebemos então, que a maior parte das mulheres não trabalha e que as demais exercem funções ligadas ao campo doméstico. Em relação aos homens, predominam atividades que exigem pouca escolaridade. O desemprego se faz presente e aponta para uma privação material e moral.

Essas pessoas vivem em uma das cidades mais modernas do país, nela trabalham e todos os dias estão em contato com as possibilidades desse mundo, de uma sociedade de consumo que lhes nega o que lhes promete.

Interessante observar que a maior parte das crianças mora em casa própria, em nome de algum de seus pais. Seguido de longe pela condição de aluguel e casa cedida. Ter casa própria de alguma forma é um diferencial no conjunto dos pobres, uma marca de distinção, o que não quer dizer que haja estabilidade econômica. Segundo Sarti (1996), para os pobres a casa própria funciona como a realização de um valor tipicamente burguês por eles compartilhado, de acordo com o mundo regido pela lógica do mercado, mas cujo significado não se esgota aí.

Castanhel (2003), em pesquisa sobre a situação dos registros de nascimentos vivos em Florianópolis – SC no ano de 2000, diz que a exclusão social é fator determinante do sub-registro de nascimento. A autora encontrou associação estatisticamente significativa entre sub-registro de nascimento e parto normal, multiparidade, baixo número de consultas de pré-natal, mães adolescentes, baixa escolaridade materna, mães com situação conjugal instável e nascido vivo de cor preta. Concluindo assim, relação direta entre sub-registro de nascimento e baixa condição de vida.

Também Souza (1993) encontrou associação entre sub-registro de nascimento e piores níveis socioeconômicos em estudo no município de Maringá - Paraná.

Podemos então, indicar a partir da análise desses dados uma relação entre sub-registro de nascimento e baixa escolaridade dos pais, exercício de funções subalternas, parto normal e multiparidade.

O que afirma que a existência do sub-registro de nascimento decorre em significativa parte em função da desigualdade socioeconômica do Brasil, que pode ser observada em diversos indicadores.